

/ PALAVRA DO LEITOR

Licenciamento ambiental

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) pede mais esclarecimentos quanto aos impactos da fábrica de celulose da CMPC em Barra do Ribeiro em comunidade Kaingang (Jornal do Comércio, edição de 30/09/2026). Esse empreendimento é vital para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Os próprios indígenas são favoráveis. A nova lei geral do licenciamento ambiental diz que a opinião das autoridades envolvidas não é vinculante, ou seja, não determina a aprovação ou não aprovação do licenciamento ambiental. (Daniela Garcia Giacobbo)



Licenciamento ambiental II

Os governos federal e estadual se manifestaram favoráveis, assim como a Fepam, a população de Barra do Ribeiro e comunidades indígenas. Há gente querendo que o projeto não aconteça. (Wellington Gomes Schmitt)

Licenciamento ambiental III

Querem mandar a CMPC embora, assim como ocorreu com a Ford. (Renato Rossato)

Licenciamento ambiental IV

É quase inacreditável o nível de preconceito contra indígenas que muitas pessoas expressam em relação a essa questão de licenciamento ambiental. E também a incapacidade de pensar em um modelo de progresso que não prejudique a própria água que os sustenta. (Lizzi Neuzeit)

Licenciamento ambiental V

O Rio Grande do Sul vai perder um grande investimento de uma empresa privada que geraria impostos e empregos, mas estão expulsando-a do Estado. (Lari Beltrame)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é "Artigo" ou "Palavra do Leitor". Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

Aos anunciantes e agências de publicidade

Alteração de horário de fechamento

Face ao feriado de Nossa Senhora Aparecida em 12 de outubro, a edição do dia 12 será conjunta com a do dia 09 de outubro, com o fechamento comercial às 17h do dia 08 de outubro.

A edição do dia 13 de outubro de 2026 circulará normalmente, com o fechamento comercial às 17h do dia 09 de outubro.

/ ARTIGOS

A procuração em branco que ninguém assinou

Eliana Camejo

Existe um documento que ninguém assinou e que já está valendo dentro das empresas. É uma procuração em branco entregue à Inteligência Artificial. Nenhum conselho deliberou sobre isso. Nenhuma ata registrou. Ainda assim, sistemas escolhem currículos, classificam clientes, sugerem quem merece crédito, priorizam denúncias e ajudam a definir respostas. Cada uma dessas tarefas carrega poder real. E poder entregue sem limite é uma procuração em branco.

Quando um executivo recebe autoridade para gastar, contratar ou assinar, existe uma matriz de alçada. Há limites claros, registros formais e alguém responsável. Com algoritmos, quase nada disso foi criado. Se a empresa tem matriz de alçada financeira, precisa construir também uma matriz de alçada algorítmica.

Pode parecer um tema restrito à tecnologia. Não é. Um sistema mal supervisionado pode descartar candidatos por padrões discriminatórios, negar crédito sem explicação e tratar dados sensíveis sem controle. Ele parece neutro porque é técnico, mas pode reproduzir vieses humanos em grande escala. A ausência de intenção não elimina a responsabilidade.

Ninguém precisa saber programar para participar desse debate. O dever de cuidado exige perguntas simples: onde a empresa utiliza Inteligência Artificial? Que decisões esses sistemas influenciam?

Quais critérios foram definidos? Quem validou esses modelos? Quem acompanha vieses? Quem explica uma decisão automatizada quando alguém a contesta? A Inteligência Artificial também precisa ser analisada pela lente ESG. É social quando interfere em oportunidades e direitos. É ambiental quando envolve consumo de energia e infraestrutura. É governança quando influencia decisões relevantes sem transparência ou definição clara de responsabilidades.

Governar a IA não significa frear a inovação. Significa garantir que o avanço tecnológico esteja acompanhado de responsabilidade. A tecnologia pode ampliar capacidades, reduzir custos e gerar eficiência, mas não pode substituir a decisão consciente de quem responde. A pergunta que chegará aos conselhos não será apenas quanto a empresa ganhou com Inteligência Artificial. Será quem autorizou essa delegação de poder, quais limites foram estabelecidos e sob supervisão de quem. A IA já entrou nas empresas. Falta incorporá-la à governança.

Vice-presidente do Conselho de Administração da Sustentalli

Um sistema mal supervisionado pode descartar candidatos por padrões discriminatórios

Payment as a Service redefine negócios

Clayton Ricardo

A forma como as empresas lidam com suas finanças está passando por uma verdadeira transformação. No centro dessa mudança está o Payment as a Service (PaaS), modelo que permite terceirizar processos de pagamento por meio de plataformas tecnológicas especializadas. Mais do que uma tendência, o PaaS representa uma

mudança estratégica na maneira como as organizações estruturam suas operações financeiras.

Adotar o PaaS significa reduzir a necessidade de investir em infraestrutura própria

Não se trata apenas de automatizar processos, mas de escalar com inteligência. O modelo oferece soluções flexíveis e personalizáveis, permitindo que empresas de diferentes portes e setores otimizem sua performance sem abrir mão de segurança, eficiência e foco no core business.

Segundo a Grand View Research, o mercado de PaaS deve crescer 20,8% ao ano, passando de US\$ 139,5 bilhões em 2024 para US\$ 451,6 bilhões em 2030. O avanço é impulsionado pela busca por meios de pagamento mais rápidos, seguros e capazes de oferecer uma experiência aprimorada ao cliente.

Na prática, adotar o PaaS significa reduzir a necessidade de investir em infraestrutura própria para pagamentos e transferir aspectos críticos, como segurança cibernética e conformidade regulatória, para especialistas. Com isso, as empresas ganham agilidade para inovar, testar novos canais, integrar marketplaces e aproveitar oportunidades que exigem decisões rápidas e recursos prontos.

Mais do que um sistema de pagamentos, o PaaS integra diferentes serviços em uma única plataforma, reunindo processamento de transações, cobranças recorrentes, emissão de boletos, carteiras digitais e análise de dados. Também facilita a adoção de tecnologias como Pix, QR Code e pagamentos instantâneos. Uma pesquisa da Finextra, em parceria com a Volante Technologies, mostra que 56% das instituições financeiras já consideram o gerenciamento de liquidez em tempo real uma prioridade estratégica.

Em um mercado que exige rapidez, personalização e integração multicanal, o PaaS se posiciona como uma solução-chave para tornar o ecossistema financeiro empresarial mais ágil, responsivo e eficiente. Ao simplificar operações e ampliar a capacidade de adaptação, o modelo permite que as organizações concentrem esforços em seu core business, enquanto ganham eficiência, inovação e competitividade.

CFO da Idea Maker